

INSTITUCIONALIZAÇÃO DE PESSOAS IDOSAS E ADAPTAÇÃO AO QUOTIDIANO INSTITUCIONAL: QUAL O PAPEL DA ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL?

**Jenny Sousa – Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Politécnico de Leiria/ CICS.NOVA.IPLeiria
Jenny.sousa@ipleiria.pt**

RESUMO

Num momento em que a institucionalização permanente em estruturas de acolhimento é uma das respostas sociais mais utilizadas pelos indivíduos idosos e suas famílias, pretendeu-se, com este estudo, perceber qual a importância da existência de programas de animação sociocultural e, mais concretamente, do profissional de animação, no que se refere à adaptação dos sujeitos institucionalizados ao quotidiano institucional. De forma mais pragmática, procurou-se perceber se estes dois elementos condicionam a forma como as pessoas idosas institucionalizadas mobilizam respostas adaptativas na (re)composição do seu quotidiano, desde a perspectiva dos próprios sujeitos. Assim, foi desenvolvida uma investigação de carácter qualitativo, com contornos etnográficos, onde se analisaram 15 histórias de vida de indivíduos com mais de 75 anos de idade, residentes a título permanente em estruturas residenciais para idosos, pertencentes ao concelho de Leiria.

Os dados apurados revelam que, embora se verifiquem alguns padrões diferenciados na adaptação ao quotidiano institucional, consoante os sujeitos residem em instituições com ou sem projeto de animação sociocultural, a verdadeira condição crítica parece estar na existência, ou não, de técnico de animação sociocultural¹.

PALAVRAS-CHAVE

Velhice, institucionalização, identidade, animação sociocultural

1

Os dados aqui apresentados integram-se numa investigação mais ampla, conduzida no âmbito de um projeto de Doutoramento em Estudos Culturais, da responsabilidade conjunta das Universidades do Minho e de Aveiro, cujo tema se centra no estudo da forma como as pessoas idosas e as estruturas residenciais se articulam na superação da perda emocional profunda e no modo como as atividades socioculturais podem constituir-se como estratégias facilitadoras de adaptação ao quotidiano institucional.

RÉSUMÉ

Au moment où l'institutionnalisation permanente dans des infrastructures d'accueil est une des réponses sociales les plus utilisées par les individus âgés et leurs familles, le but de cette étude est de comprendre l'importance de l'existence de programmes d'animation socioculturelle et, plus concrètement, du professionnel d'animation, en ce qui concerne l'adaptation des sujets institutionnalisés au quotidien institutionnel. D'une façon plus pragmatique, cette étude cherche à comprendre si ces deux éléments conditionnent la manière dont les personnes âgées institutionnalisées donnent des réponses adaptatives dans la (re)composition de leur quotidien, depuis la perspective des propres sujets.

Ainsi, une enquête de caractère qualitative a été développée, avec des contours ethnographiques, où 15 histoires de vie d'individus avec plus de 75 ans ont été analysées, tous résidents à titre permanent dans des infrastructures résidentielles pour personnes âgées, appartenant à la commune de Leiria.

Les résultats de cette étude nous révèlent, en plus de quelques différences d'adaptation au quotidien institutionnel, les sujets résidant dans des institutions avec ou sans projet d'animation socioculturelle, que l'élément-clé semble être dans l'existence, ou non, du professionnel d'animation socioculturelle.

MOTS CLÉS

Vieillesse, institutionnalisation, identité, animation socioculturelle

1. Introdução

A preocupação com a problemática da idade adulta avançada fez emergir uma política da velhice assente no pressuposto da melhoria das condições de vida das pessoas idosas. Neste contexto, as políticas sociais dirigidas à intervenção na dependência centram-se nas respostas sociais centralizadas pela Segurança Social, e que se consubstanciam em espaços criados para dar apoio aos mais velhos, designadamente, estruturas residenciais para pessoas idosas.

Este tipo de resposta social implica, amiúde, a institucionalização de carácter definitivo da pessoa idosa. A institucionalização, mesmo quando aparenta ser a melhor solução - atendendo aos problemas apresentados pelo indivíduo idoso -, é um processo penoso e traumático, porque implica

ruptura e descontinuidade de experiências. Na verdade, estamos perante um processo que obriga a uma descontextualização da identidade, a um rompimento com o enquadramento protetor da comunidade e da tradição, que são substituídos por estruturas impessoais.

Face ao exposto, as estruturas residenciais para pessoas idosas encontram na animação sociocultural uma metodologia privilegiada de intervenção ativa, participativa e vitalista. Com efeito, nestas instituições, o trabalho de animação permite o desenvolvimento das competências pessoais e sociais, a estimulação do autoconhecimento, da interação social e do desenvolvimento cultural no (re)encontro e na (re)descoberta de uma nova relação com o tempo e com a vida. Assim, compete ao profissional de animação sociocultural contrariar situações de dependência, de uniformização e de objetivação e facilitar o sentimento de identidade e de (re)construção do quotidiano.

2. Velhice e envelhecimento: breves apontamentos teóricos

Vivemos hoje uma mudança de paradigma no que se refere ao processo de envelhecimento e à velhice, muito por causa das renovadas conceções que emergiram das disciplinas biológicas, psicológicas e sociais. Embora isto seja um facto, também é verdade que as sociedades contemporâneas ainda se veem emaranhadas no processo de adaptação ao envelhecimento e à velhice. Recorde-se, que as sociedades hodiernas são, na realidade, sociedades capitalistas, estruturadas no mercado, na produtividade, na tecnologia, na fluidez dos conhecimentos e das relações, recheadas de dilemas e discordâncias morais (Fridman, 1999; Giddens, 2000, 1994; Touraine, 1994), que acabam muitas vezes por ignorar as pessoas idosas. Os jovens são os atores sociais principais e os primeiros modeladores de comportamentos sociais (Simões, 2006), colocando os mais velhos perante a decadência antecipada, uma vez que a modernidade não oferece referenciais simbólicos para ajudar a enfrentar esta nova etapa da vida.

Para Santos e Encarnação (1998), as pessoas idosas contemporâneas estão envolvidas em múltiplas interrelações. São indivíduos que viveram de perto as consequências progressivas e, por vezes frenéticas, da modernização; que nasceram no meio de uma sociedade com contornos ainda bastante tradicionais, onde a experiência de vida era desproblematizada: o “estar-no-mundo” acomodado a um espaço de pertença, onde o percurso de vida era fundamentalmente demarcado pela estrutura fixa de parentesco e das relações estabelecidas com o meio local.

Os indivíduos que hoje estão na oitava e nona décadas de vida são pessoas que cresceram numa

sociedade predominantemente agrícola, onde os contatos sociais ancoravam na família e nos vizinhos. Viviam protegidos pelo universo simbólico, vinculado à esfera do sagrado, sendo os acontecimentos e as situações contextualizadas até à morte (Santos e Encarnação, 1998: 65). As pessoas idosas de hoje têm como referência uma sociedade onde se vivia em famílias alargadas e onde as pessoas idosas, relativamente poucas, estavam maioritariamente integradas nas famílias (Brito, 2005).

Todavia, a vida moderna impôs a estes indivíduos alterações profundas na forma como passaram a compreender e a viver o mundo: os quotidianos foram modificados e as personalidades e identidades foram espartilhadas e fragmentadas. Na opinião de Santos e Encarnação foi “destruída a unidade cultural e identitária” (1998: 66), provocando instabilidade e “liquidez” (Bauman, 2001) que atingiu, não só os valores reguladores, mas também a *praxis* quotidiana da velhice humana. Em suma, os indivíduos que hoje estão na oitava e nona décadas de vida são, na verdade, sujeitos de transição.

Para Paúl e Fonseca (2005), o envelhecimento tem vindo, efetivamente, a tomar um lugar cada vez mais preponderante, não só no seio das reflexões científicas, mas também nas práticas da realidade quotidiana. Emergiu, no mapa social dos diversos países considerados desenvolvidos, onde Portugal não é exceção, uma nova ordem social que trouxe consigo um conjunto de implicações e que, embora não estando ainda bem entendidas, colocam grandes questões no seu tratamento. E este fenómeno tem tendência a crescer.

Temos consciência de que surgem, cada vez mais, estudos e práticas que tentam valorizar a velhice, contudo, também verificamos, diariamente, que as pessoas idosas são percecionadas como uma categoria de fraca capacidade funcional e que, como tal, são vistas como um peso neste contexto contemporâneo onde o trabalho e a produção alocam os indivíduos entre os que sabem e podem e aqueles que não sabem nem podem, atribuindo diferentes importâncias sociais e simbólicas (Gusmão, 2001).

Se os sujeitos idosos não produzem, nem possuem valor na perspetiva hegemónica, então são colocadas fora das redes sociais, como pessoas descartáveis (Mendes, 2010). A preocupação económica encontra significação política, influenciando a opinião pública, nomeadamente ao nível dos programas e políticas gerontológicas. As políticas são débeis e sem solidez, reflexo da pouca informação existente sobre o papel da velhice na sociedade contemporânea. Em rigor, a idade

expropria a pessoa de si mesma, retira-lhe os direitos sociais e políticos; o indivíduo torna-se invisível e ausente da sociedade (Gusmão, 2001; Siqueira, 2001; Vaz, 2011). Morre socialmente.

3. A Identidade na institucionalização

Esta morte social com que terminámos o ponto anterior está intimamente relacionada com a questão da identidade. A identidade é um aspeto fundamental a qualquer ser humano e não perde importância ao longo do processo de desenvolvimento e envelhecimento. Na verdade, a identidade pessoal do indivíduo é um dos principais fatores a ter em consideração quando procuramos compreender a complexidade e a variabilidade deste processo.

Falar de identidade pessoal é falar do indivíduo que se reconhece, enquanto tal, ao longo do tempo e do ciclo de vida. Na identidade estão posicionados os predicados do sujeito, quer sejam corporais ou psicológicos (Valentim, 2008). Não obstante, o que está em causa na identidade de uma pessoa não é tanto a permanência e a monotonia de atributos, mas antes a referência a si ao longo do tempo. É o poder de autorreferência, que implica da parte do indivíduo um conhecimento claro não só de si mesmo mas do mundo que o rodeia (Valentim, 2008; Giddens, 1994; Viegas e Gomes, 2007).

Neste sentido, na formação da identidade pessoal tomam especial importância os aspetos sociais. As características dos indivíduos são (en)formadas pelas relações sociais, pela pertença ao(s) grupo(s). Assim, o conhecimento pessoal do indivíduo está amplamente imbricado no conhecimento da sua pertença a certos grupos sociais, “e a necessidade de uma avaliação positiva de si próprio requer que estabeleçam comparações intergrupos que sejam favoráveis ao seu grupo” (Valentim, 2008: 112).

Há assim um *continuum* individual-social, um *continuum* entre os aspetos pessoais e os aspetos sociais; é a identidade pessoal que se forma em profunda relação com a identidade social: “as circunstâncias sociais não são separáveis da vida pessoal e tão-pouco são apenas um ambiente exterior a elas. Na luta com os problemas individuais, os sujeitos contribuem ativamente para a reconstrução do universo de atividade social que os rodeia” (Giddens, 1994: 11).

Esta perspetiva, que encontra terreno fértil na forma de viver anterior à modernidade, choca com um dos pressupostos basilares das sociedades contemporâneas: a “ideia de um indivíduo único, separado das categorias, diferente dos outros e semelhante a si mesmo, definindo-se a si próprio

como uma identidade singular” (Valentim, 2008: 118-119). A busca da autoidentidade é, tal como afirma Anthony Giddens (1994), o cerne no individualismo ocidental, emaranhando as pessoas idosas num problema moderno.

Não é por isso de estranhar que “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, [estejam] em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (Hall, 2006: 7).

Tal como já dissemos, o sujeito idoso contemporâneo vê-se inserido num processo amplo de mudança que volatiliza os quadros de referência e a ancoragem estável no mundo social. Também as próprias relações entre as pessoas se tornaram ténues, laços frágeis “atados levemente, para poderem ser outra vez desfeitos, sem grandes delongas, quando os cenários mudarem – o que, na modernidade líquida, decerto ocorrerá repetidas vezes” (Bauman, 2006: 9).

Neste mundo de *bricolage* cultural, a pessoa idosa vê a sua vida segmentada e sujeita a novos mecanismos de autoidentidade. A par com toda a dispersão e fragmentação, já discutidas pela voz de vários autores (Giddens, 2000, 1994; Hall, 2006; Santos e Encarnação, 1998; Viegas e Gomes, 2007; Touraine, 1994), as pessoas idosas vivem hoje numa localização transitória e contraditória, num contexto social e cultural com características tradicionais e, simultaneamente, pós-modernas.

Tal como foi afluído no início do capítulo, as pessoas idosas de hoje vivem numa sociedade “onde abruptamente são compelidos a filiar-se” apesar de continuarem presas às sociedades tradicionais com “laços que ainda não se desligaram definitivamente”, o que origina “um forte abalo no seu grau de autoconfiança e nas suas capacidades de enfrentamento dos riscos próprios da sociedade contemporânea” (Santos e Encarnação, 1998: 33).

Assim, conforme defendem os autores, a identidade moderna, que se constrói de forma reflexiva e em relação com os outros e com as instituições, coloca a pessoa idosa perante inúmeros dilemas: “inserido no paradigma da modernidade, desvalorizado, é envolvido na diferença, exclusão e marginalização que a modernidade produz, é definido em termos de acesso diferenciado às formas de autorrealização e capacitação” (Santos e Encarnação, 1998: 64). Vendo-se suprimido pelas instituições modernas, sofre profundamente os efeitos da descontextualização das narrativas da autoidentidade.

Na (re)construção da identidade, a representação que se tem de si próprio é um eixo basilar. Esta imagem não diz apenas respeito ao reflexo espelhado de si próprio, mas também se refere à imagem

percecionada no contexto relacional: a “identidade na velhice [...] [é] um processo intersubjetivo e relacional, onde a imagem do próprio está constantemente a remeter-se para os outros e a integrar os outros no contexto relacional onde se efetiva o processo de identificação” (Viegas e Gomes, 2007: 11).

Neste sentido, a identidade da pessoa idosa contemporânea debate-se, frequentemente, num plano de generalidade sem o respeito pela vivência de sentimentos próprios, onde só o coletivo tem direito de existência. Este aspeto é particularmente premente para as pessoas idosas institucionalizadas, uma vez que a institucionalização obriga a uma descontextualização da identidade, a um rompimento com o enquadramento protetor da comunidade e da tradição, que são substituídos por estruturas impessoais: “as instituições modernas provocam efeitos debilitantes sobre a autoexperiência e as emoções [...] [e] nesta medida, a autoidentidade do sujeito moderno torna-se problemática e acometida de profundos sentimentos de perda e de ansiedade” (Santos e Encarnação, 1998: 109). Este aspeto, de crucial importância no presente estudo, será retomado e aprofundado no ponto a seguir.

4. Institucionalização e animação sociocultural

Tal como já foi explanado, é fundamental na identidade de qualquer pessoa, sobretudo para aquelas que já viveram muitos anos, a alimentação das relações afetivas com os espaços, com os objetos e com as pessoas significativas (Viegas e Gomes, 2007). Estas relações são, frequentemente, o espelho dos percursos de vida.

Quando ocorre a institucionalização, estes espelhos são quebrados e a organização do tempo, os recursos e as relações sociais são profundamente transformadas: “o idoso, tomado na sua conversão à racionalidade institucional, passa a estar sujeito à objetivação; isto é, a mudar da condição de sujeito incondicionado a objeto de condicionamentos, perpetrados em nome de uma uniformização funcional que mascara as suas diferenciações identitárias” (Santos e Encarnação, 1998: 169).

Ainda que nuns casos se verifique mais e noutros menos, a verdade é que, com a institucionalização há sempre uma oficialização da anomia (Bourdieu, 1989), o controle da vida do institucionalizado como fundamento essencial do todo organizacional: “os idosos objetivam-se pela transformação operativa das instituições. Nesta aceção, as administrações incorporam objetos” (Santos e Encarnação, 1998: 176) e o poder estará sempre do lado de quem gere, de quem alimenta as

simbologias dominantes.

E neste processo, o poder institucional e os micropoderes que se legitimam numa lógica institucional vão eliminando os comportamentos diferentes, desfasados do restante grupo, dentro de uma harmonia de tratamento coletivo (Bourdieu, 1989; Foucault, 1997, 1988).

Desapossado do reconhecimento social enquanto pessoa, o indivíduo idoso institucionalizado vê-se como um ser sem capacidade de decisão, em última instância, um ser que passa à categoria de objeto. Paralelamente, dá-se a desestruturação identitária que, por sua vez, origina um profundo sentimento de solidão (Pinheiro, Quintella e Verztman, 2010; Santos e Encarnação, 1998).

É, pois, devido à exigência do esforço adaptativo e pelo impacto emocional que causa, que a institucionalização se constitui num dos grandes fatores de *stress* da vida adulta idosa (Paúl, 1997).

De facto, a institucionalização acarreta implicações negativas na *praxis* existencial do sujeito idoso contemporâneo, como o seu afastamento do espaço de vida habitual, a rutura ou distanciamento em relação às redes relacionais e a necessidade de adaptação ao novo espaço de vida – novas regras, novas relações, novas exigências, novos hábitos (Paúl, 2006, 1997; Pimentel, 2005; Squire, 2004).

Todavia, não é intuito deste trabalho sustentar uma postura anti-institucionalização, até porque, a entrada para uma estrutura residencial pode revestir-se de aspetos positivos. De entre estes destacam-se os sentimentos de segurança e de conforto – sobretudo quando as habitações das pessoas idosas estão muito degradadas e os magros rendimentos não permitem ter acesso a determinadas comodidades –, a possibilidade de usufruir de serviços relevantes para a sua qualidade de vida, a hipótese de viver novas interações e novas oportunidades de realização pessoal (Cardão, 2009; Lima, 2010; Pimentel, 2005).

Vistas como um mal necessário, as estruturas residenciais para pessoas idosas são, também, espaços físicos que tornam abstrato o tempo. Sendo o tempo um sentido interno, as instituições devem de estar particularmente atentas e sensíveis ao tempo existencial, à relação da pessoa idosa com o seu tempo, à construção da sua temporalidade e do seu bem-estar.

Para além disso, não nos podemos esquecer que, tal como as pessoas idosas não institucionalizadas, também as pessoas institucionalizadas continuam viradas para o futuro e possuem mecanismos de superação de perdas e de *coping* (Afonso, 2012; Barreto, 2006; Hennezel, 2001). Chamamos à colação o processo dual de *coping* assimilativo e acomodativo, salientando que este processo é importante para as pessoas manterem um sentido de autoeficácia e controlo sobre a sua vida,

suavizando os danos emocionais que possam surgir (Paúl, 2006). Todavia, para que as pessoas idosas institucionalizadas acionem este processo é preciso que lhes seja dada a liberdade necessária e que a atmosfera residencial seja o mais humanizada e personalizada possível (Born, 2002; Carvalho e Fernandez, 2002).

Neste campo, um aspeto crucial é favorecer a preservação da identidade e do autoconceito da pessoa idosa, assim como, a perceção de controlo acerca da sua própria vida e em relação ao meio institucional. Um aspeto importante é a questão do controlo percebido como estratégia de *coping*. Se este aspeto é importante nas pessoas idosas não institucionalizadas, ele assume uma relevância vital para as pessoas idosas, que se encontram em estruturas residenciais.

Na verdade, e segundo a literatura da especialidade (Afonso, 2012; Paúl, 2006, 1997; Squire, 2004), o efeito do aumento de controlo tem repercussões profundas no bem-estar das pessoas idosas institucionalizadas. Em situações de *stress*, como a institucionalização, o controlo é uma estratégia de enfrentamento essencial uma vez que está diretamente relacionado com os comportamentos de resiliência e *coping* perante as perdas e as vulnerabilidades. Por isso, compete aos profissionais das instituições contrariar situações de dependência, de uniformização e de objetivação e facilitar o sentimento de identidade, permitido ter um espaço e objetos próprios – que favorecem a ponte com a vida passada –, bem como favorecer o poder de decisão e de controlo (Fonseca, 2005; Lima, 2010; Squire, 2004).

Intimamente relacionado com o controlo estão as trocas sociais (Fonseca, 2012). Deve ser dada liberdade, ou melhor, deve ser estimulado o fomento das relações afetivas gratificantes e a criação de relacionamentos satisfatórios que conduzam à diminuição da solidão.

Este estado emocional desagradável pode ser combatido se a equipa de profissionais estimular a criação de novas vinculações, fomentar novas amizades através da criação de uma rede de relacionamentos e de novas experiências (Paúl, 2006, 2005, 1997). As alianças de confiança, quer com familiares, colegas da instituição e até equipa de profissionais, são também relevantes, como estratégias de combate da solidão e de compensação das perdas.

Neste sentido, e segundo Gomes, as instituições residenciais de apoio às pessoas idosas devem, numa primeira instância, diminuir o desajuste entre os objetivos institucionais e as necessidades da população que estão a servir, sendo também fundamental conciliar a individualidade e a coletividade, isto é, “enfrentar e tentar resolver as necessidades de um grupo completamente diverso

em que cada homem é um mundo” (2010: 86). De forma análoga, também as relações entre os residentes e os profissionais têm uma grande influência no bem-estar das pessoas idosas, devendo ser incitada a ligação pessoal e afectiva entre estes (Paúl, 1997).

Deve ser mantido, dentro da instituição, um ambiente familiar que favoreça a preservação da identidade, do autoconhecimento e da autonomia. Este tipo de instituições não deve apenas cuidar das pessoas idosas, mas também estimular a proatividade e a independência (Fonseca, 2012; Lima, 2010; Squire, 2004). Consentaneamente, a organização interna das estruturas residenciais deve ser mutável e adaptativa, “tendo sempre o residente como centro da sua ação” e o cuidar “como relacional e afetivo, [assentando] num interesse e consideração pelo outro enquanto pessoa e não apenas na efetiva prestação de serviços”, tal como ensina o Manual de Boas Práticas do Instituto da Segurança Social (2005: 12-13).

Aprende-se ainda, no já referido Manual de Boas Práticas da Segurança Social (2005), que a intervenção nestas instituições deve ser humanizada e passa, inelutavelmente, pelo reconhecimento da unicidade das histórias de vida, dos interesses e necessidades de cada pessoa institucionalizada, aceitando e valorizando potencialidades e competências, mas também respeitando limitações e fragilidades. Deve favorecer o desenvolvimento de atividades estimulantes, que apelem ao desenvolvimento físico, cognitivo e mental evitando a infantilização e a massificação (Squire, 2004).

Um fator de relevo no bem-estar da pessoa idosa institucionalizada é a prestação dos profissionais, que asseguram os serviços de apoio (Lima, 2010; Pimentel, 2005). A via mais generalizada para prestar serviços de qualidade passa por valorizar os funcionários das instituições, quer a nível simbólico, quer a nível material. No entender do Grupo de Trabalho sobre Envelhecimento Ativo é fundamental dignificar os profissionais e reconhecer que as tarefas que cumprem são exigentes e desgastantes, do ponto de vista físico e psicológico. Neste quadro assume ainda especial relevância a formação, no “sentido de contínuo reforço e promoção das suas competências na boa execução das tarefas em que são responsáveis” (2009: 35), uma vez que a relação com os profissionais é fundamental para o bem-estar da pessoa idosa, tal como é a relação com outras redes de apoio.

É neste contexto que se salienta o trabalho realizado pelo profissional de animação sociocultural. As estruturas residenciais para pessoas idosas encontram na animação sociocultural uma metodologia privilegiada de intervenção ativa, participativa e vitalista. Nestas instituições, o trabalho de

animação tem como principais pressupostos o desenvolvimento das competências pessoais e sociais, a estimulação do autoconhecimento, da interação social e do desenvolvimento cultural no (re)encontro e na (re)descoberta de uma nova relação com o tempo e com a vida.

Sabemos que animação sociocultural é um termo abrangente e polissémico, numa conjuntura de estudos e práticas plurais, como é a contemporânea. Um olhar atento à evolução cronológica do conceito mostra como a sua identidade se adaptou a uma ampla gama de concepções, de tendências e de perspetivas.

Como referente de transformações possíveis e necessárias na sociedade contemporânea, a animação possui, contudo, características que lhe são próprias. Na verdade, o que converte uma ação em animação sociocultural não é o conteúdo, mas a metodologia; a animação constrói o seu edifício com pessoas que interagem como coletivos sociais, com um dinamismo próprio e uma organização que assenta na procura de objetivos e finalidades comuns.

Neste sentido, o conceito de participação sobressai como ideia medular: “com efeito, é difícil imaginar uma animação sociocultural que se possa constituir sendo indiferente à participação como método e como objetivo, como realidade e expectativa, sempre no mesmo campo do pensamento e da ação social” (Caride, 2007: 63).

Face ao exposto, salienta-se a ideia de que não existe animação se não existir uma participação ativa e consciente dos sujeitos no processo do seu próprio desenvolvimento e na dinâmica sociocultural e política em que estão integrados. Este envolvimento ativo dos indivíduos é de tal forma basilar que, sem ele, é impossível conceber e praticar animação.

A animação assume-se, então, como uma forma de colocar em contacto os indivíduos, de favorecer as relações, de suscitar e estimular permutas, de facilitar contactos. Com efeito, é “um processo fundamentalmente centrado na pedagogia da proximidade e na promoção da participação consciente e crítica de pessoas e grupos na vida sociopolítica e cultural em que estão inseridos, criando espaços de ação e comunicação interpessoal e comunitária” (Peres, 2007: 17). É, pois, uma forma de ação sociopedagógica, que visa a transformação social e o desenvolvimento através da participação: “é necessário que os homens participem criando juntos novos modos e modelos de vida pessoal e social, com a finalidade latente e esperançada de transformar pouco a pouco a sociedade” (Quintas e Castaño, 1998: 33).

Assim, a animação coloca em relação os conceitos produzidos na vida social e cultural, apostando

na capacitação dos indivíduos e na mobilização destes para a conquista dos seus interesses. Remete para a cultura sentida e vivida pelos cidadãos, mas também para a cultura pressentida e imaginada (Caride, 2004).

Quando a institucionalização é o ponto máximo da dissocialização da vida ativa, uma nova realidade onde predomina a abundância de tempo disponível, emerge a animação sociocultural para que o dia-a-dia não seja sentido como um “tempo vazio e não valorizado” (Baptista, 2013: 2), e a pessoa idosa institucionalizada se possa (re)encontrar e (re)descobrir na nova relação com o seu tempo.

Neste quadro, a animação, através de uma abordagem teórica rigorosa e de uma práxis comprometida, constitui-se como o instrumento preferencial, que transforma o tempo desocupado e cáustico das pessoas idosas institucionalizadas em tempo de ócio positivo, de valorização pessoal e de (re)construção identitária (Cuenca, 2013; Ventosa, 2011).

Se é certo que envelhecer implica, inexoravelmente, sofrer perdas de várias ordens (biológicas, psicológicas e sociais, entre outras), também é verdade, que o desenvolvimento humano ocorre ao longo de toda a vida e esta fase é apenas mais uma em que o indivíduo continua a desenvolver-se e a encontrar espaços e formas de se (re)construir.

Recriando o tempo, a animação transforma-o em experiências de desenvolvimento, estimulando estratégias socioeducativas e culturais que desencadeiam processos auto-organizativos a nível individual e grupal (Ventosa, 1997). Nesta mediação, a animação compreende a instituição e o tempo institucional como âmbitos cheios de possibilidades na (re)construção da identidade da pessoa idosa institucionalizada, convertendo as vivências em reivindicação do indivíduo, em expressão do *self*, em liberdade responsável, em desenvolvimento integral e em aquisição de condutas positivas, enfim, encontra “novos critérios de uma cultura favorável ao florescimento da pessoa” (Dumazedier, 2004: 182).

Estas práticas devem ser cuidadosamente trabalhadas pelo animador. Posto isto, que atividades devem ser incentivadas pelo profissional de animação no combate à descontinuidade das experiências, na superação de perdas emocionais profundas e na (re)construção da autoidentidade?

Antes de mais, o técnico de animação não olha para as pessoas idosas como uma categoria generalizada, e entende que as experiências proporcionadas pelas atividades de animação são subjetivas e que todos os idosos são diferentes entre si (Simões, 2006).

Por isso, e tendo como pressuposto o desenvolvimento holístico da pessoa idosa, as atividades têm como eixo estrutural os gostos e as competências dos indivíduos e, paralelamente, a preocupação em proporcionar a elaboração de novos gostos, através do contacto com atividades inovadoras, criadoras e significativas que façam sobressair conhecimentos e competências, aumentando, destarte, a autoestima, a autonomia e o sentido de controlo (Caride, 2004; Serrano e Capdevila, 2012; Ventosa, 2011).

O animador concebe oportunidades sociais e culturais que incitem a pessoa idosa institucionalizada a criar respostas positivas à superação das suas perdas. Saliente-se que os protagonistas serão sempre as pessoas idosas; as práticas proporcionadas pela animação só se converterão em experiências de desenvolvimento se forem as pessoas idosas a protagonizar as vivências, a implicar-se ativamente e a afirmar a sua identidade e dignidade (Cuenca, 2013).

Com efeito, o valor desta transformação não reside nas atividades que são propostas, nem na quantidade de experiências que são vividas, mas sim no significado que estas vivências assumem para cada pessoa, quer ampliando hipóteses de renovação pessoal e social, quer colaborando na superação de fronteiras, descortinando novas possibilidades (Caride, 2007; Quintas e Castaño, 1998).

O animador potencia a resiliência das pessoas idosas e a necessidade vital de desenvolvimento até ao último dia (Serrano e Capdevila, 2012; Ventosa, 2002; 1997). Na realidade, trabalha no sentido de transformar esta nova realidade numa fase de liberdade, de autodescoberta, de experiências diversificadas, de novas relações e de um novo *self*. Porém, tal implica perceber o futuro como motor do aqui e agora, sem esquecer o passado.

Embora a abordagem teórica aqui feita sobre a animação sociocultural nos mostre que esta se constituiu num elemento crucial das estruturas residenciais para pessoas idosas, a verdade é que a praxis dos animadores é influenciada pela forma como as direções das instituições a percecionam, sendo as suas práticas de intervenção altamente influenciadas pelos valores de quem dirige as estruturas residenciais. Posto isto, qual será a importância da animação sociocultural junto das pessoas idosas institucionalizadas na reconstrução da sua identidade e no seu bem-estar? De que forma os residentes percecionam estas práticas? Tentaremos dar resposta a estas questões nos pontos a seguir.

5. O estudo empírico: apresentação de resultados

Como o intuito deste estudo era procurar compreender um fenómeno atual a partir dos significados que lhe atribuem os sujeitos que o vivenciam, optou-se pela realização de uma investigação qualitativa de contornos etnográficos, usando técnicas clássicas de análise documental, bem como observação direta, conversas informais e histórias de vida.

Depois de escolhidas e recolhidas as informações relativas à caracterização das estruturas residenciais para pessoas idosas, passou-se à determinação dos sujeitos do estudo. Escolheram-se, assim, indivíduos que reuniam o conjunto de variáveis relevantes em termos explicativos de fenómeno em estudo – à luz do quadro problema que nos propusemos explicar. Assim, foram selecionados 15 sujeitos institucionalizados residentes em quatro estruturas residenciais diferentes: duas da periferia da cidade de Leiria e duas do centro da mesma cidade. O motivo da escolha destas instituições prendeu-se, essencialmente, com a busca da representatividade social dos sujeitos do estudo. Assim, procurámos instituições que, pelas suas características – quer no que respeita às condições físicas e humanas, quer à própria cultura da instituição – acolhessem indivíduos socialmente significativos relativamente à diversidade das culturas e das condições socioeconómicas.

Para este trabalho utilizaremos apenas a dimensão de análise - *atividades de desenvolvimento pessoal* - para caracterização das estruturas residenciais, que engloba os seguintes parâmetros: *projeto de animação sociocultural* e *modo de implementação das atividades*. Iremos, de seguida, explicar melhor esta dimensão de análise.

a. Caracterização do contexto empírico

Tal como já foi discutido nos capítulos teóricos deste trabalho, a realização de atividades de desenvolvimento pessoal nas estruturas residenciais revela ser de primordial importância para os seus residentes, evitando situações de dependência física e psíquica e, sobretudo, o estreitamento dos horizontes, dos interesses e das relações pessoais.

Este aspeto está patente na Portaria nº 67/2012, de 21 de março que define as condições de organização, funcionamento e instalação a que devem obedecer as estruturas residenciais para pessoas idosas, mais concretamente no artigo 8º onde pode ler-se: “a estrutura residencial presta um conjunto de atividades e serviços designadamente: [...] e) atividades de animação sociocultural,

lúdico-recreativas e ocupacionais que visem contribuir para um clima de relacionamento saudável entre os residentes e para estimulação e manutenção das suas capacidades físicas e psíquicas”.

Assim, o plano de atividades de desenvolvimento pessoal deverá incorporar um projeto de animação sociocultural para que, – respeitando a individualidade, a capacidade, as potencialidades e os interesses dos residentes –, se promova a participação ativa das pessoas institucionalizadas em atividades de naturezas distintas. Este projeto deverá ser programado e realizado por técnicos especializados, nomeadamente, por animadores socioculturais, conforme pode ler-se no artigo 12º da referida Portaria nº 67/2012, de 21 de março.

Apresentamos, no quadro seguinte, a caracterização das atividades de desenvolvimento pessoal por instituição.

Atividades de desenvolvimento pessoal	Instituição		
	1	2	3
Projeto de animação sociocultural	Não tem	<ul style="list-style-type: none"> – Ginástica – Trabalhos manuais – Programas musicais – Celebração de dias festivos – Jogos – Comemoração dos aniversários dos residentes – Colónias de férias 	<ul style="list-style-type: none"> – Ginástica – Trabalhos manuais – Programas musicais – Celebração de dias festivos – Jogos – Comemoração dos aniversários dos residentes – Colónias de férias
Modo de implementação das atividades (com ou sem técnico de animação sociocultural)	Sem técnico	Sem técnico	Com técnico

Quadro 1 – Caracterização das atividades de desenvolvimento pessoal, por instituição

Conforme podemos verificar no Quadro, no que se refere ao projeto de animação sociocultural, a instituição 1 não possui plano de atividades, ao passo que as instituições 2, 3 e 4 possuem um plano de atividades bastante idêntico. No que concerne ao modo de implementação das atividades, as instituições 1 e 2 não possuem nos seus quadros de pessoal nenhum técnico de animação sociocultural, sendo que na instituição 2 o projeto de animação é concebido e implementado por técnicos de outra área, nomeadamente Serviço Social. As instituições 3 e 4 usufruem de técnico de animação sociocultural próprio, situando-se as habilitações académicas destes profissionais ao nível do 12º ano de escolaridade – curso profissional de Animação Sociocultural.

No que se refere aos sujeitos, foram convidadas a participar 15 pessoas residentes nestas quatro estruturas residenciais, com capacidade de entendimento e comunicação verbal, dando o seu testemunho através de entrevistas semi-estruturadas e conversas informais.

O grupo de participantes era constituído por pessoas institucionalizadas a tempo inteiro, com idades compreendidas entre os 77 e os 89 anos, cinco homens e dez mulheres. No que se refere ao lugar de proveniência, oito provêm de lugares rurais e sete de lugares urbanos; cinco não têm qualquer tipo de escolaridade, seis detêm a 4ª classe e quatro o nível secundário.

b. *Apresentação dos resultados*

Partindo da análise de conteúdo, que utilizámos para organizar e tratar o conjunto de dados, narrativas e representações recolhidas através das histórias de vida faremos, de seguida, a apresentação dos dados através de quadros-síntese qualitativos e quantitativos que oferecem uma visão, quer por indivíduo, quer de conjunto, das informações recolhidas no contexto empírico.

Interessou-nos perceber as representações dos sujeitos no que se refere à vivência nas estruturas residenciais para pessoas idosas. Assim sendo, este ponto é constituído por duas grandes categorias: a “institucionalização – impacto afetivo e emocional” e o “quotidiano institucional” – que engloba a qualidade dos serviços de saúde, higiene e alimentação, a oferta de atividades de animação, a relação com a comunidade residencial, a relação com a comunidade externa e o sentimento de solidão.

No que se refere à primeira categoria, analisamos as representações dos sujeitos quanto ao impacto afetivo e emocional desencadeado pelo processo de entrada, a título permanente, na estrutura residencial onde estes estão alojados.

Na categoria “o quotidiano institucional”, apresentamos as representações dos entrevistados relativamente a cinco subcategorias que se destacaram como temáticas primordiais, na existência diária das estruturas residenciais para pessoas idosas: a qualidade dos cuidados de saúde, higiene e alimentação, a oferta de atividades de animação, a relação com a comunidade residente, a relação com a comunidade externa e o sentimento de solidão.

No que se refere ao primeiro ponto, apresentaremos os dados relativos às perspetivas dos sujeitos no que respeita à satisfação das suas necessidades no domínio da saúde – cuidados clínicos, médicos e de enfermagem –, da higiene – cuidados de higiene e imagem – e de alimentação – necessidades alimentares, hábitos e preferências.

No segundo tópico, serão analisadas as representações dos sujeitos no que concerne à oferta de atividades de animação, sendo estas entendidas enquanto atividades culturais organizadas pelas instituições de acolhimento.

Já a relação com a comunidade residencial diz respeito às representações dos sujeitos no que concerne às relações do viver e conviver com os outros, em contexto institucional. Assim, serão privilegiadas as representações dos entrevistados relativamente a duas áreas essenciais: as relações de proximidade – laços de conhecimento, afetivos e afinidades – que possuem com os outros residentes da instituição e a relação que detêm com os colaboradores da estrutura residencial – profissionais técnicos, ajudantes de lar, pessoal de cozinha, pessoal de lavandaria e pessoal auxiliar. O tópico seguinte diz respeito às perceções dos sujeitos do estudo quanto à relação com a comunidade externa à estrutura residencial. Neste ponto, procura-se conhecer as representações dos sujeitos quanto aos relacionamentos que estes estabelecem fora das estruturas residenciais e que favorecem os contactos sociais, a cidadania ativa e o direito fundamental à identidade e à autonomia.

No último ponto, será analisada a solidão em contexto residencial, que diz respeito às representações dos sujeitos do estudo quanto ao grau de solidão sentido na *práxis* diária da estrutura residencial de acolhimento. A solidão será entendida, neste contexto, como a discrepância entre o tipo de relações que se deseja e aquelas que, na realidade, existem; enquanto insatisfação em relação ao tipo de relacionamento pessoal e social que se está a viver no momento.

b.i.1. Projeto de animação sociocultural

Neste ponto, iremos analisar as representações dos sujeitos quanto à temática “vida na estrutura residencial” segundo a existência, ou não, de projeto de animação sociocultural na sua instituição de acolhimento. O Quadro 2 exhibe os resultados alusivos às representações dos sujeitos.

Categoria		Nível	Existência de projeto de animação sociocultural		
			Sim	Não	
Institucionalização – Impacto afetivo e emocional		Muito difícil	1	2	
		Difícil	2	2	
		Fácil	6	2	
		Muito fácil	--	--	
		Total	9	6	
Quotidiano institucional	Qualidade dos serviços de saúde, higiene e alimentação	Muito boa	9	4	
		Média	--	2	
		Má	--	--	
		Inexistente	--	--	
		Total	9	6	
	Oferta de atividades de animação	Muito boa	5	--	
		Média	4	5	
		Má	--	1	
		Inexistente	--	--	
		Total	9	6	
	Relação com a comunidade residencial	Relação com os outros residentes	Muito boa	2	1
			Média	2	2
			Má	2	2
			Inexistente	3	1
			Total	9	6
		Relação com os colaboradores	Muito boa	8	2
			Média	1	2
			Má	--	2
			Inexistente	--	--
			Total	9	6
	Relação com a comunidade externa	Muito boa	5	3	
		Média	--	--	
		Má	1	--	
		Inexistente	3	3	
Total		9	6		
Sentimento de solidão na instituição	Elevado	1	3		
	Moderado	--	--		
	Leve	--	--		
	Inexistente	8	3		
	Total	9	6		

Quadro 2 – A vida na estrutura residencial, segundo existência de projeto de animação sociocultural na instituição de acolhimento

A partir da análise dos resultados obtidos e apresentados no quadro anterior, verificamos a existência de um conjunto de padrões diferenciados nas representações dos sujeitos relativamente à sua vida na estrutura residencial, consoante residem em instituições com ou sem projeto de animação sociocultural.

Neste sentido, os entrevistados que residem em instituições com projeto de animação revelam uma tendência para perceções mais positivas e satisfatórias do seu processo de institucionalização e das ligações emocionais que detêm com os colaboradores e com a comunidade externa, admitindo, na sua maioria, não se sentirem sós no quotidiano institucional. Também a oferta de atividades de animação é considerada, por este grupo de sujeitos, de forma tendencialmente positiva. No que se refere aos entrevistados que vivem em estruturas de acolhimento sem projeto de animação sociocultural, os dados permitem constatar que as representações destes sujeitos quanto ao processo de institucionalização e à relação com os colaboradores e com a comunidade externa são tendencialmente negativas e insatisfatórias. Este conjunto de sujeitos considera, ainda, de forma menos positiva a oferta de atividades de animação e apresenta maiores níveis de solidão na instituição.

b.i.2. Modo de implementação das atividades

Neste tópico, passaremos a analisar as representações dos sujeitos quanto à temática “a vida na estrutura residencial”, cruzando com o modo de implementação das atividades, ou seja, segundo a existência, ou não, de técnico de animação na sua estrutura residencial de acolhimento.

Categoria	Nível	Modo de implementação das atividades	
		Com técnico	Sem técnico
Institucionalização – Impacto afetivo e emocional	Muito difícil	--	3
	Difícil	2	2
	Fácil	5	3
	Muito fácil	--	--
	Total	7	8
	Muito boa	7	6
	Média	--	2

Quotidiano institucional	Qualidade dos serviços de saúde, higiene e alimentação		Má	--	--
			Inexistente	--	--
			Total	7	8
	Oferta de atividades de animação		Muito boa	5	--
			Média	2	7
			Má	--	1
			Inexistente	--	--
			Total	7	8
	Relação com a comunidade residencial	Relação com os outros residentes	Muito boa	2	1
			Média	1	3
			Má	2	2
			Inexistente	2	2
			Total	7	8
		Relação com os colaboradores	Muito boa	6	4
			Média	1	2
			Má	--	2
			Inexistente	--	--
			Total	7	8
	Relação com a comunidade externa		Muito boa	4	4
			Média	--	--
Má			1	--	
Inexistente			2	4	
Total			7	8	
Sentimento de solidão na instituição		Elevado	--	4	
		Moderado	--	--	
		Leve	--	--	
		Inexistente	7	4	
		Total	7	8	

Quadro 3 – A vida na estrutura residencial, segundo existência de técnico de animação sociocultural

Os resultados apresentados no quadro acima permitem-nos verificar que existem quatro padrões diferenciados relativamente às representações dos sujeitos acerca da vida na estrutura residencial conforme vivem em instituições com ou sem técnico de animação sociocultural.

Neste sentido, as perceções dos sujeitos que residem em instituições com técnico de animação sociocultural são, tendencialmente, mais positivas e satisfatórias ao nível do processo de institucionalização, da oferta de atividades de animação e da relação com os colaboradores, evidenciando-se, também, uma inexistência do sentimento de solidão por parte destes entrevistados. Pelo contrário, os sujeitos que residem em instituições sem técnico de animação manifestam uma

tendência para representações mais negativas do processo de institucionalização e da oferta de atividades de animação, e percepções menos satisfatórias relativamente às ligações emocionais e afetivas que detêm com os cuidadores institucionais. Neste grupo de sujeitos, evidencia-se uma maior tendência para níveis superiores de solidão em contexto institucional.

Gostaríamos, ainda, de salientar que, segundo os resultados apresentados, à semelhança do que aconteceu com a variável *existência de projeto de animação sociocultural*, não se verificam diferenças significativas entre os dois grupos de sujeitos ao nível das relações com os outros residentes e com a comunidade exterior.

6. Discussão dos dados

Neste capítulo de discussão e reflexão pretendemos um cruzamento entre as contribuições teóricas, apresentadas na primeira parte do trabalho, e os resultados obtidos a partir do trabalho empírico, já devidamente apresentado e sistematizado no ponto anterior.

Percebemos, a partir da análise dos resultados do nosso estudo, que as estruturas residenciais de acolhimento possuem a capacidade de potenciar ou reprimir as condições pessoais e socioculturais dos sujeitos, influenciando a forma como estes se adaptam às estruturas residenciais e ao quotidiano institucional.

No seguimento desta linha de reflexão, passamos a discutir a importância da existência, ou não, de técnico de animação sociocultural na estrutura residencial de acolhimento enquanto condição importante na adaptação à instituição e ao seu desenvolvimento pessoal e social.

Conforme discutimos no enquadramento teórico do presente trabalho, a animação sociocultural destaca-se por ser uma metodologia participativa, que transforma o tempo desocupado e cáustico, em experiências de ócio, em contextos de abertura à esfera social e ao contacto com a realidade, favorecendo a autoconstrução e o resgate da identidade (Cid e Dapía, 2007).

Por isso, os projetos de animação sociocultural em estruturas residenciais de acolhimento de pessoas idosas salientam-se enquanto metodologia privilegiada de combate à descontinuidade das experiências, bem como de apoio na superação de perdas emocionais profundas e nos processos de reorganização emocional.

A este propósito gostaríamos de salientar que, embora se verifiquem alguns padrões diferenciados na adaptação ao quotidiano institucional, consoante os sujeitos residem em instituições com ou sem

projeto de animação sociocultural, parece-nos, contudo, que a verdadeira condição crítica está na existência, ou não, de técnico de animação sociocultural.

Na realidade, e tal como explicámos anteriormente, em algumas estruturas residenciais a existência de projeto de animação sociocultural não implica, necessariamente, a existência de um técnico de animação, uma vez que estes projetos são implementados por técnicos de outras áreas. Na verdade, evidenciam-se mais padrões diferenciados nas narrativas dos sujeitos quando analisamos os dados atendendo à variável “modo de implementação das atividades”, logo, parece-nos que esta é que emerge verdadeira condição crítica de adaptação à instituição e de criação de experiências de desenvolvimento.

Assim, a partir da análise dos discursos dos nossos entrevistados, percebemos a existência de uma tendência mais adaptativa por parte dos sujeitos que residem em instituições com técnico de animação sociocultural do que por parte dos indivíduos que habitam em estruturas residenciais sem a presença deste técnico.

Na realidade, o papel do técnico de animação sociocultural, designadamente nas estruturas residenciais de apoio a pessoas idosas, é o de conceber oportunidades sociais e culturais que se convertam em experiências de ócio, ampliando, desta forma, as hipóteses de renovação pessoal e social (Cuenca, 2013).

Neste exercício de reorganização emocional, o animador tem em consideração que a garantia da reconstrução e do bem-estar não está no simples facto de o sujeito participar, sendo mais importantes “as metas pessoais, as crenças de controlo do ambiente e a qualidade do tempo” (Lima, 2010: 113).

Desta forma, e segundo a análise dos discursos dos entrevistados, o técnico de animação parece influir de forma positiva na neste processo, ao potenciar a resiliência dos sujeitos residentes e a necessidade vital de desenvolvimento até ao último dia das suas vidas.

Na verdade, o animador é o mediador que proporciona experiências de capacitação e bem-estar, favorecendo, nas pessoas idosas, a criação de respostas positivas perante as perdas que as afetam (Cuenca, 2013; Melo e Junior, 2003). Quando olhamos para as narrativas dos entrevistados, percebemos que os sujeitos que residem em instituições com técnico de animação fazem uso de um conjunto mais diversificado de atividades, utilizando-as como suporte para o fortalecimento das relações sociais e para a produção de respostas culturais criativas de adaptação ao contexto

institucional (Lima, 2010; Fernandes, 2006).

Segundo os resultados do nosso estudo, os sujeitos que residem em estruturas residenciais com técnico de animação sociocultural para além de utilizarem estratégias facilitadoras da reconstrução da identidade mais diversificadas, apresentam, também, uma tendência mais generalizada para transformar as atividades suportivas em experiências de desenvolvimento, onde a (re)elaboração da temporalidade assume um papel de destaque.

Por isso, quando os entrevistados se pensam na esfera relacional, os que residem em instituições com técnico de animação sociocultural possuem perceções das suas ligações afetivas, designadamente com os familiares significativos, com os colaboradores da instituição e com a comunidade externa, mais positivas e geradoras de bem-estar do que aqueles que habitam em estruturas onde não existe este técnico.

Em rigor, ao analisarmos as narrativas destes sujeitos, verificámos que a animação sociocultural favorece a construção de ligações emocionais mais profundas e atribui novos significados ao viver em conjunto nesta nova realidade, que é o contexto institucional: *“olhe, foi tão engraçado [risos]! Pediram aos meus filhos e netos para trazerem uma máquina [fotográfica] ... e depois andámos a tirar fotografias! A nós e aos outros! Foi um fartote de riso! Depois puseram as fotografias naqueles quadros [moldura digital] e, então, passo que tempos a olhar para aquilo! [risos]”* (Entrevistada 12).

Quando os entrevistados que residem em estruturas residenciais sem técnico de animação sociocultural se representam na sua teia de relações, emerge uma maior tendência para representações negativas: as ligações afetivas são percebidas como sendo menos suportivas e a satisfação com o apoio social que advém da relação com os colaboradores é, tendencialmente, menor: *“eu não sinto apoio de ninguém [...] E eu agora já prendi a desabafar só para mim... quando tiver alguma coisa para chorar vou para o quarto, choro sozinha...”* (Entrevistada 2).

Contudo, os sujeitos que residem em instituições com técnico de animação sociocultural representam-se mais apoiados, mais enquadrados e com maior capacidade de adaptação do que os entrevistados que habitam em residências sem este tipo de técnico, que se percecionam menos encontrados na esfera do seu universo quotidiano, com maiores dificuldades de adaptação às mudanças e de desempenho de papéis sociais.

Por isso, tal como podemos observar nos dados do Quadro 3, quando os entrevistados se pensam no

seu quotidiano institucional, designadamente, ao nível da solidão que é experienciada, verificamos a existência de um padrão diferenciado nas representações dos sujeitos que residem em instituições com técnico de animação sociocultural e dos sujeitos cujas estruturas de acolhimento não possuem animador.

Estes resultados parecem ser consistentes com a literatura da especialidade (Caride, 2004; Serrano e Capdevila, 2012; Ventosa, 2011), uma vez que cabe ao animador conceber oportunidades sociais e culturais de desenvolvimento holístico da pessoa idosa institucionalizada, facilitando o contacto com atividades inovadoras, aumentando a autoestima, a autonomia, o sentido de controlo e diminuindo o sentimento de solidão: “*eu não me sinto sozinho! [...] ela [a animadora] traz-me muita coisa para fazer porque diz que eu tenho muito jeito! [risos] E é verdade que eu faço tudo, eu até perus fiz! Pinteí, envernizei, eu sei lá! Eu já fiz uma data de tapetes! Só para mim fiz quatro! Mas fiz mais coisas! Umás bolas, que ela comprou, de esfêrovite, e que era forrado a pano e depois aquilo dava muito trabalho! Eu fiz corações, fiz quadros! [...] Deu muito trabalho, mas está muito giro! Está exposto no Centro de Dia! [orgulho]*” (Entrevistado 12).

Da análise realizada até ao momento, percebemos que, embora a institucionalização dê origem a diversas ruturas afetivas, a verdade é que não impossibilita a normalidade dos laços afetivos atuais e, até, a construção de novos afetos.

Neste campo, os sujeitos apontaram a existência de animador e a conseqüente participação em atividades culturais, como um fator importante aquando do processo de institucionalização, sabendo nós que, a forma como este processo é vivenciado influi no modo como os sujeitos se adaptam à instituição.

Com efeito, se, durante os processos de institucionalização, as pessoas idosas puderem viver momentos agradáveis, proporcionados pelas atividades de animação sociocultural, favorecem-se relações verdadeiramente significativas, espaços de ação e comunicação interpessoal, onde a participação na vida sociopolítica e cultural da comunidade em que estão agora inseridas é fortalecida (Peres, 2007).

Prosseguindo nesta linha de reflexão, não podemos deixar de salientar a inexistência de padrões diferenciados entre os sujeitos que residem em instituições com técnico de animação e os sujeitos que habitam em estruturas sem animador no que se refere à relação com os outros residentes e com a comunidade externa.

Sabemos, tendo por base os resultados do nosso estudo, que, quando os entrevistados se pensam no âmbito das relações sociais e afetivas com os colegas de residência, se verifica uma tendência para a valorização do bom ambiente dentro da instituição, mas, também, uma desvalorização da proximidade afetiva e da criação de relações íntimas com os colegas residentes: “*dou-me bem com toda a gente, mas é bom dia, boa tarde e poucas conversas! Poucas conversas!*” (Entrevistada 5)

Com efeito, percebemos, nas narrativas dos entrevistados, que, o grupo, de forma tendencialmente unânime, não atribui uma importância crucial aos colegas residentes da instituição enquanto elementos de vinculação afetiva e de apoio na adaptação à instituição: “*não, não, a minha vida não é contada aqui! Não! Olhe, se contasse uma coisa qualquer a uma, ela ia logo contar à outra, e a outra ia logo contar à outra e... não, não gosto disso!*” (Entrevistada 1).

Este aspeto, ao mesmo tempo que contraria a literatura da especialidade (Santos e Paúl, 2006; Santos e Encarnação, 1998), parece-nos ser, também, uma lacuna que deve ser examinada.

Na realidade, temos presente que a institucionalização, por um lado, implica ruturas afetivas, mas que, por outro lado, possibilita a (re)construção de novos afetos, que podem ser encontrados junto dos colegas residentes da estrutura residencial.

Tal como foi explorado no enquadramento teórico da presente investigação, a entrada definitiva numa estrutura residencial pode ser, em rigor, uma oportunidade privilegiada para a realização de reinvestimentos em outras relações e projetos de vida, que passam a envolver novos indivíduos, tais como, os colegas de residência.

A este propósito, a relação com a comunidade externa é, também, fulcral. Na realidade, numa sociedade profundamente individualista, o nós revela-se de primordial importância no que respeita ao sentido de pertença e de identidade. Neste âmbito, para além das relações com os familiares significativos e com os cuidadores institucionais, também a restante comunidade residencial e as redes de apoio informal, constituídas pelos indivíduos exteriores à instituição, são fundamentais na (re)composição da práxis quotidiana e na reorganização emocional.

Conforme podemos verificar nos discursos dos entrevistados, ao reatar ligações a espaços e contextos vivenciais comunitários, os sujeitos experimentam o sentimento de controlo, aspeto intimamente relacionado com a identidade do indivíduo e com a sua capacidade de adaptação às perdas: “*eu tenho lá a minha casita! E todas as semanas vou à terra... e costumo ir lá muita vez à missa! Custa-me estar sempre a chatear o meu sobrinho para andar comigo, mas já se sabe, não*

indo à missa, já não vejo tanta gente!” (Entrevistada 3).

O facto de não emergirem padrões diferenciados nas representações dos sujeitos relativamente a estes dois tipos de relacionamento – com os restantes residentes e a comunidade externa – consoante residem, ou não, em instituições com técnico de animação sociocultural, leva-nos a questionar se as práticas dos animadores destas instituições estarão a incidir, o suficiente, no fomento de ligações verdadeiramente significativas entre residentes e entre estes e a comunidade envolvente.

Sendo estas ligações, como vimos, fundamentais na construção de um sentimento comunitário suportivo das perdas emocionais profundas, os resultados do nosso estudo permitem-nos perceber que as atividades implementadas por estes técnicos não favorecem modelos de intervenção centrados no ócio ativo, participativo e social, ou seja, no ócio compartilhado e como convivência (Ventosa, 2013, 2011).

Este aspeto parece-nos ser uma lacuna na práxis profissional destes técnicos de animação sociocultural, que nos leva a interrogar o tipo de práticas que são implementadas nas estruturas residenciais para estimular os aspetos afetivos e relacionais entre os residentes.

Questionamos, ainda, se a falha não estará relacionada com a formação destes profissionais. Com efeito, e tal como já referimos anteriormente, nenhum dos técnicos pertencentes às instituições estudadas possui habilitações de nível superior. Estamos conscientes de que o grau de licenciado não é exigido pela legislação em vigor; não obstante, os resultados do nosso estudo colocam-nos perante a inevitabilidade de se (re)pensar a formação exigida a estes técnicos, ponderando se melhores práticas profissionais não estarão associadas a capacidades e competências adquiridas numa formação de nível superior no âmbito da Animação sociocultural.

Conclusão

Quando as pessoas idosas entram a título permanente numa instituição de acolhimento, deixam para trás o seu lar, os seus espaços de memórias e de identidade. Nesta linha, segundo pudemos constatar nas narrativas dos sujeitos, a práxis quotidiana nas estruturas residenciais é fundamental para a adaptação ao quotidiano institucional e é perspetivada de diferentes formas.

Assim, para alguns entrevistados, a institucionalização é percecionada como mais uma perda, como um processo com um impacto emotivo e afetivo bastante elevado, que obrigou à rutura do *self*, à

fragmentação do quotidiano e à volatilização dos relacionamentos; outros entrevistados, pelo contrário, percebem a entrada na instituição de acolhimento como uma forma de poder aceder a serviços de suporte da perda, encontrando auxílio para a continuação da narração de um sentido para a sua vida.

Os nossos sujeitos parecem concordar com Squire (2004) e Leme e Silva, (2002), quando os autores defendem que, para que a institucionalização não seja percebida como mais uma perda, mas, antes, como um contexto suportivo de novas relações e de capacitação, as instituições não devem, apenas, proporcionar a satisfação das necessidades básicas, mas estimular o desenvolvimento da pessoa idosa residente.

Neste sentido, conforme sugerem os resultados do nosso estudo, é fundamental que a estrutura residencial de acolhimento proporcione um ambiente familiar, favorecendo a preservação da identidade, do autoconhecimento, da autonomia, da elaboração da temporalidade, em suma, da (re)construção da identidade.

Este ambiente, tal como percebemos no enquadramento teórico que fundamenta este trabalho e nos dados apresentados, está relacionado com o sentimento de controlo, sendo influenciado pela existência de programas de animação sociocultural mas, sobretudo, pela existência do profissional de animação. Estas duas variáveis emergiram enquanto aspetos importantes no cuidar, em contexto de acolhimento residencial, porque privilegia a individualidade e a autonomia, favorecendo a redefinição do eu e a revinculação.

Assim, no âmbito das relações interpessoais, nomeadamente no processo de revinculação, os dados no nosso estudo indicam que as ligações emocionais que se desenvolvem com os cuidadores institucionais são fundamentais na adaptação ao contexto institucional por parte da pessoa idosa institucionalizada, podendo a equipa de colaboradores ser encarada como uma segunda família (Gomes, 2010; Squire, 2004).

Neste sentido, e conforme fomos percebendo ao longo do presente capítulo, as relações entre os residentes e os profissionais exercem uma profunda influência no bem-estar dos sujeitos institucionalizados, devendo a estrutura de acolhimento favorecer a ligação pessoal e afetiva entre estes (Paúl, 1997).

Assim, a estrutura residencial de acolhimento e, concretamente, o técnico de animação sociocultural, devem promover experiências que, para além do bom ambiente dentro da instituição,

promovam a ligação afetiva dos residentes a sujeitos significativos, uma vez que estes são fundamentais na reorganização emocional da pessoa institucionalizada.

Em suma, no processo de adaptação à institucionalização, o exercício do sujeito se encontrar a si mesmo é fundamental, e realiza-se na esfera das relações pessoais. Com efeito, o ser humano é “ser-no-mundo” (Heidegger, 2005), é um ser que se desenvolve na quotidianidade, em relação com os outros, mas, também, consigo próprio, numa realidade construída de relações intersubjetivas (Viegas e Gomes, 2007).

Neste âmbito, o contexto residencial, designadamente os profissionais que aí trabalham, deve proporcionar ambientes favorecedores do apego, da segurança emocional, da partilha e do reencontro, ou seja, de relações emocionais suportivas (Cyrulnik, 2003).

Bibliografia

AFONSO, M. (2012). “Stress, Coping e Resiliência em pessoas idosas”, in Paúl, Constança e Ribeiro, Óscar. (Coord.), *Manual de Gerontologia: aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento*. Lisboa: Lidel, pp. 163-175.

BAPTISTA, M. M. (2013). “Ócio, Temporalidade e Existência – uma leitura à luz da fenomenologia e hermenêutica heideggereanas”, in *Atas do III Congresso Internacional em Estudos Culturais – Ócio, Lazer e Tempo Livre nas Culturas Contemporâneas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, pp. 1-10.

BARRETO, J. (2006). “Relação terapêutica com o paciente idoso”, in Firmino, Horário (Ed.), *Psicogeriatría*. Coimbra: Psiquiatria Clínica, pp. 113-132.

BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.. Tradução de: Plínio Dentzien.

BAUMAN, Z. (2006). *Amor Líquido – Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Lisboa: Relógio D'Água. Tradução de: Carlos Alberto Medeiros.

BORN, T. (2002). “Cuidado ao idoso em instituição”, in Netto, Matheus (Org.), *A velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada*. São Paulo: Editora Atheneu, pp. 403-414.

BOURDIEU, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel. Tradução de: Fernando Tomaz.

BRITO, J. (2005). O Idoso, a Família e a Sociedade. *Brotéria*. 161, pp. 275-285.

CARDÃO, S. (2009). *O idoso institucionalizado*. Lisboa: Coisas de Ler.

- CARIDE, J.** (2004). “Paradigmas teóricos na animação sociocultural”, in Trilla, Jaume (Coord.), *Animação Sociocultural: Teorias, Programas e Âmbitos*. Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget. Tradução de: Ana Rabaça.
- CARIDE, J.** (2007). “Por uma animação democrática numa democracia animada: Sobre os velhos e os novos desafios da animação sociocultural como prática participativa” in Peres, Américo Nunes e Lopes, Marcelino Sousa (Coord.), *Animação Sociocultural – Novos desafios*. Amarante: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, pp. 63-76.
- CARVALHO, V. e FERNANDEZ, M.** (2002). “Depressão no idoso”, in Netto, Matheus (Org.), *A velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada*. São Paulo: Editora Atheneu, pp. 160-173.
- CID, X. & DAPÍA, M.** (2007). “Lazer e tempos livres para as gerações idosas. Perspectivas de animação sociocultural e aproximação à realidade galega”, in Osório, Agustín Requejo e Pinto, Fernando Cabral (Coord.), *As pessoas idosas: Contexto social e intervenção educativa*. Coleção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget, pp. 281-305.
- CUENCA, M.** (2013). “Para além do trabalho: O ócio dos reformados”, in Pereira, José, Lopes, Marcelino Sousa e Rodrigues, Tânia (Coord.), *Animação Sociocultural Gerontologia e Geriatria: A Intervenção Social, Cultural e Educativa na Terceira Idade*. Chaves: Intervenção, pp. 157-177.
- CYRULNIK, B.** (2003). *Resiliência: Essa inaudita capacidade de condição humana*. Coleção Horizontes Pedagógicos. Lisboa: Instituto Piaget. Tradução de: Ana Rabaça.
- DUMAZEDIER, J.** (2004[2ªedição]). *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspetiva. Tradução de: Sílvia Mazza e J. Guinsburg.
- FERNANDES, L.** (2006). “Psicoterapias no idoso”, in Firmino, Horário (Ed.), *Psicogeriatria*. Coimbra: Psiquiatria Clínica, pp. 133-154.
- FONSECA, A.** (2005). “O envelhecimento bem-sucedido”, in Paúl, Constança e Fonseca, António (Coord.), *Envelhecer em Portugal*. Lisboa: Climepsi Editores, pp. 281-311.
- FONSECA, A.** (2012). “Desenvolvimento psicológico e processos de transição-adaptação no decurso do envelhecimento”, in Paúl, Constança e Ribeiro, Óscar (Coord.), *Manual de Gerontologia: Aspetos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento*. Lisboa: Lidel, pp. 95-106.
- FOUCAULT, M.** (1997). *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água. Tradução de: Laura Fraga de Almeida Sampaio.

- FOUCAULT, M.** (1998). *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Coleção Signos. Lisboa: Edições 70. Tradução de: António Ramos Rosa.
- FRIDMAN, L. C.** (1999). Pós-Modernidade: Sociedade da imagem e sociedade do conhecimento. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. 7 (2), pp. 353-375.
- GIDDENS, A.** (1994). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora. Tradução de: Miguel Vale de Almeida.
- GIDDENS, A.** (2000[4ªedição]). *As Consequências da Modernidade*. Oeiras: Celta Editora. Tradução de: Fernando Luís Machado e Maria Manuela Rocha.
- GOMES, A.** (2010). *Envelhecimento: Memórias da velhice pelas terras do sempre e do nunca*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.
- GRUPO DE COORDENAÇÃO DO PLANO DE AUDITORIA SOCIAL** (2005). *Manual de boas práticas: um guia para o acolhimento residencial das pessoas mais velhas*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- GRUPO DE TRABALHO SOBRE ENVELHECIMENTO ATIVO** (2009). *Envelhecimento Ativo – Mudar o presente para ganhar o futuro*. Porto: REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza.
- GUSMÃO, N.** (2001). “A maturidade e a velhice: um olhar antropológico”, in Neri, Anita (Org.), *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspetivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Coleção Vivacidade. São Paulo: Papirus Editora, pp. 113-139.
- HALL, S.** (2006[11ªEDIÇÃO]). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora. Tradução de: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Louro
- HEIDEGGER, M.** (2005 [15ªedição]). *Ser e Tempo*. Coleção Pensamento Humano. Petrópolis: Editora Vozes. Tradução de: Marcia Sá Cavalcante Schuback.
- HENNEZEL, M.** (2001). *Coração não envelhece*. Alfragide: Casa das Letras. Tradução de: Maria Filomena Duarte.
- LEME, L. & SILVA, P.** (2002). “O idoso e a família”, in Netto, Matheus (Org.), *A velhice e o Envelhecimento em Visão Globalizada*. São Paulo: Editora Atheneu, pp. 92-97.
- LIMA, M.** (2010). *Envelhecimento(s)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MELO, V. & JUNIOR, E.** (2003). *Introdução ao Lazer*. São Paulo: Manole.
- MENDES, J.** (2010). Pessoas sem voz, redes indizíveis e grupos descartáveis: os limites da teoria do ator-rede. *Análise Social*. 45(196), pp. 447-465.

- PAÚL, C.** (1997). *Lá para o fim da vida*. Coimbra: Livraria Almedina.
- PAÚL, C.** (2006). “Psicologia do envelhecimento”, in Firmino, Horário (Ed.), *Psicogeriatrics*. Coimbra: Psiquiatria Clínica, pp. 43-65.
- PAÚL, C. & FONSECA, A.** (Coord.) (2005). *Envelhecer em Portugal*. Lisboa: Climepsi Editores.
- PERES, A.** (2007). “Animação, direitos humanos, democracia e participação”, in Peres, Américo Nunes e Lopes, Marcelino Sousa (Coord.), *Animação Sociocultural – Novos desafios*. Amarante: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia, pp. 15-26.
- PIMENTEL, L.** (2005). *O lugar do Idoso na Família*. Coimbra: Quarteto Editora.
- PINHEIRO, M. T., QUINTELLA, R. & VERTZAM, S.** (2010). Distinção teórico-clínica entre depressão, luto e melancolia. *Psicologia Clínica*. 22(2), pp. 147-168. Consultado a 23 de
- QUINTAS, S. F. & CASTAÑO, M. A. S.** (1998[3ªedição]). *Animación sociocultural – Nuevos enfoques*. Salamanca: Amarú Ediciones.
- SANTOS, F. & ENCARNÇÃO, F.** (1998). *Modernidade e gestão da velhice*. Faro: Centro Regional da Segurança Social do Algarve.
- SANTOS, P. & PAÚL, C.** (2006). “Desafios na saúde mental dos mais velhos: O outro lado da terapia” in Firmino, Horário (Ed.), *Psicogeriatrics*. Coimbra: Psiquiatria Clínica, pp. 155-178.
- SERRANO, G. P. & CAPDEVILA, M.** (2012). “Epistemologia da Animação Sociocultural e conceitos afins”, in Pereira, José e Lopes, Marcelino (Coord.), *As fronteiras da Animação Sociocultural*. Amarante: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, pp. 105-119.
- SIMÕES, A.** (2006). *A nova velhice - Um novo público a educar*. Coleção Idade do Saber. Porto: Ambar.
- SIQUEIRA, M.** (2001). “Teorias sociológicas do envelhecimento” in Neri, Anita (Org.), *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspetivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Coleção Vivacidade. São Paulo: Papirus Editora, pp. 73-111.
- SQUIRE, A.** (2004). *Saúde e bem-estar para pessoas idosas – Fundamentos básicos para a prática*. Loures: Lusociência – Edições Técnicas e Científicas, Lda. Tradução de: Hugo Godinho e Joana Barros.
- TOURAINÉ, A.** (1994). *Crítica da Modernidade*. Coleção Epistemologia e Sociedade. Lisboa: Instituto Piaget. Tradução de: Fátima Gaspar e Carlos Gaspar.

- VALENTIM, J.** (2008). Identidade pessoal e social: entre a semelhança e a diferença. *Psychologica*. 47, pp. 109-123.
- VAZ, M.** (2001). O quotidiano do idoso – esperança ou desesperanças. *Intervenção Social*. 23/24, pp. 193- 216
- VENTOSA, V.** (1997). *Intervención Socioeducativa*. Madrid: Editorial CCS.
- VENTOSA, V.** (2011). “A Animação Sociocultural e a Educação para o Tempo Livre” in Pereira, José e Lopes, Marcelino (Coord.), *As fronteiras da Animação Sociocultural*. Amarante: Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, pp. 160-166
- VENTOSA, V.** (2013). “Metodologia e recursos musicais para animar o ócio na terceira idade” in Pereira, José Lopes, Marcelino e Rodrigues, Tânia (Coord.), *Animação Sociocultural Gerontologia e Geriatria: A Intervenção Social, Cultural e Educativa na Terceira Idade*. Chaves: Intervenção, pp. 139-155.
- VIEGAS, S. & GOMES, C.** (2007). *A Identidade na Velhice*. Porto: Ambar.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO: Sousa, Jenny (2018); *Institucionalização de pessoas idosas e adaptação ao quotidiano institucional: qual o papel da animação sociocultural?*; en <http://quadernsanimacio.net> ; n° 28; Julio de 2018; ISSN: 1698-4404